



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM RECEPÇÃO E ATENDIMENTO, COM ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE RECEPCIONISTAS, PARA ATENDER AO CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL E A ESTE E. TRIBUNAL, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Processo nº TRF2-EOF-2016/00079

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida na _____, nº ____ – _____ CEP: _____, Tel.: (____) _____, Fax: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) **Representante Legal, Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2016/00079, em decorrência do Pregão Eletrônico n.º 030/2016, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em ____/____/2016, através do despacho nº TRF2-DES-2016/____ lavrado à fl. ____ do Processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prover serviços especializados em recepção e atendimento, com alocação de mão de obra de recepcionistas, para atuar nas dependências do prédio do Centro Cultural Justiça Federal e nas dependências deste E. Tribunal*, sujeitas as partes às normas da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:



1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em recepção e atendimento, com alocação de mão de obra de 08 (*oito*) recepcionistas, sendo 01 (*uma*) para atuar nas dependências do prédio do Centro Cultural Justiça Federal, localizado na Av. Rio Branco, 241 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, e 07 (*sete*) nas dependências deste E. Tribunal, localizado na Rua Acre, n.º 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico n.º 030/2016 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII, e na forma estabelecida nas Cláusulas deste Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 – Do efetivo de pessoal:

2.1.1 – Serão necessárias para a execução dos serviços, objeto do presente Contrato, 08 (*oito*) recepcionistas;

2.1.2 – As recepcionistas deverão ter formação de nível médio e experiência mínima de 06 (*seis*) meses na profissão, bem como possuir conhecimentos em microcomputador, ter boa habilidade de comunicação escrita e oral e experiência em recepção e atendimento a clientes.

2.2 – Da forma de execução:

2.2.1 – Os serviços de recepção e atendimento serão executados da seguinte forma:

2.2.1.1 – no CCJF: o serviço terá duração de 07 (*sete*) horas diárias, as segundas-feiras e sábados, das 12:00 às 20:00 horas, e, duração de 07 (*sete*) horas e 30 (*trinta*) minutos, às terças, quartas, quintas e sextas-feiras, incluindo feriados, das 11:00 às 19:30 horas, com 01 (*uma*) hora de intervalo destinada à alimentação, observando a jornada normal de trabalho de 44 (*quarenta e quatro*) horas semanais;

2.2.1.2 – no TRF-2ª Região: o serviço terá duração de 10 (*dez*) horas diárias, com intervalo de 01:12 (*uma*) hora e (*doze*) minutos destinada à alimentação, de segunda-feira a sexta-feira, obedecida a jornada normal de trabalho de 44 (*quarenta e quatro*) horas semanais. As 07 (*sete*) recepcionistas que atuarão no Contratante cumprirão a jornada de trabalho distribuída conforme tabela a seguir:

QUANTIDADE DE RECEPCIONISTAS	HORÁRIO DE TRABALHO
03	07:00 ÀS 17:00
04	11:00 ÀS 21:00

2.2.2 – As empregadas da Contratada deverão recepcionar o público nas atividades rotineiras do Contratante, em reuniões, apresentações e eventos, responder e fazer chamadas telefônicas, e informar a programação de reuniões, apresentações e eventos, com eficiência e urbanidade;



2.2.3 – Os serviços deverão ser prestados nos locais, horários e dentro dos parâmetros de qualidade estabelecidos neste pacto, com emprego do pessoal suficiente para assegurar plena eficácia na execução, sob inteira responsabilidade da Contratada;

2.2.4 - A Contratada deverá planejar a sua rotina diária de trabalho com base nas informações e solicitações encaminhadas pelo Gestor do Contrato, cuidando para que os serviços sejam prestados dentro de padrões de excelência sob os aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade, submetendo-se esses ao crivo e avaliação permanentes do setor competente e responsável pela gestão contratual, sem prejuízo do gerenciamento que deve ser exercido pela Contratada;

2.2.5 - É inerente aos serviços contemplados neste Contrato a presença dos elementos de subordinação, pessoalidade e habitualidade, caracterizando a relação de emprego entre os profissionais e a sociedade a ser contratada. Deste modo, fica inviabilizada a participação de Cooperativas para a prestação destes serviços terceirizados, conforme Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia geral da União;

2.2.6 - A falta de qualquer empregado deverá ser suprida dentro da terceira hora, a fim de completar o efetivo contratado, sem ônus adicional para o Contratante, observando-se inclusive o mesmo padrão de uniforme. Caso a cobertura do(s) posto(s) descoberto(s) não seja providenciada pela Contratada, dentro do prazo estabelecido, a(s) ausência(s) será (ão) anotada(s) pelo Contratante, que procederá ao desconto do valor correspondente no documento fiscal a ser pago, sem prejuízo das penalidades previstas em Contrato;

2.2.7 - A Contratada deverá promover a substituição do profissional que não apresente o perfil desejado ou não corresponda ao nível de produção esperado, aferido através de práticas inadequadas na utilização do equipamento ou falta de urbanidade no tratamento com servidores, equipe de trabalho e usuários;

2.2.8 - A Contratada deverá, previamente, comunicar ao Contratante qualquer substituição no efetivo em caráter definitivo, cabendo ao contratante à aprovação do substituto;

2.2.9 - Para o desempenho de suas funções, as empregadas da Contratada deverão apresentar-se devidamente limpas e asseadas;

2.2.10 - Objetivando uma boa apresentação, a Contratada deverá fornecer uniformes e acessórios (sapatos, cintos, meias etc) às recepcionistas, em qualidade e quantitativos, atendendo às seguintes características técnicas:

2.2.10.1 - *Blaser* sem gola, totalmente forrado, em microfibra. Corte acinturado, com duas opções de bolsos, caimento perfeito com visual clássico e elegante, na cor azul marinho;

2.2.10.2 - Camisa com abotoamento invisível, manga longa com punho, confeccionada em crepe *chifon* 100% (*cem por cento*) poliéster, na cor branca;

2.2.10.3 - Camisa com abotoamento invisível sem manga, confeccionada em crepe *chifon* 100% (*cem por cento*) poliéster, na cor branca;



2.2.10.4 - Calça comprida confeccionada em microfibra com forro, na cor azul marinho;

2.2.10.5 - Sapato modelo *scarpin* na cor preta, bico redondo ou quadrado com salto alto;

2.2.10.6 - Lenço *chifon* 100% (*cem por cento*) poliéster, cores e estampas variadas;

2.2.10.7 – No início da prestação dos serviços, a Contratada fornecerá 02 (*duas*) peças de cada item do uniforme, em conformidade com o discriminado nos subitens anteriores, e, semestralmente, 01 (*uma*) peça de cada item do referido uniforme;

2.2.10.8 - Em caso de desgaste prematuro ou danificação accidental, a peça do uniforme deverá ser substituída imediatamente.

2.2.11 – As recepcionistas, previamente selecionadas pela Contratada, serão avaliadas pelo Contratante, através de entrevistas, visando a um melhor enquadramento das profissionais às tarefas e responsabilidades a serem exercidas no CCJF e no TRF-2ªRG.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ATRIBUIÇÕES E DEVERES DAS RECEPCIONISTAS

3.1 – Atender com urbanidade, em quaisquer situações, o público em geral e atuar com celeridade, prestando informações corretas.

3.2 - Executar telefonemas, preencher formulários, manualmente ou através de digitação, afixar cartazes informativos nos quadros de aviso ou similares, posicionar expositores e exercer demais atividades necessárias à boa orientação e atendimento ao público.

3.3 - Realizar cadastramento de pessoas que venham a acessar as dependências do Contratante, operando os terminais do sistema de controle de acesso utilizado no local, executando todas as etapas necessárias para o efetivo cadastramento.

3.4 - Realizar anotação de dados, colhidos na identificação de pessoas para acesso às instalações do Contratante e CCJF, em formulários fornecidos pelo Contratante, no caso da não disponibilização de sistema informatizado de controle de acesso.

3.5 - Manter-se sempre atualizada em relação aos endereços das serventias, áreas de trabalho e pessoas, evitando, assim, erros de encaminhamento.

3.6 - Organizar e orientar o público no acesso a setores onde o ingresso se dê através de filas.

3.7 - Observar a entrada e saída de pessoas, relatando imediatamente à supervisão qualquer anormalidade, inclusive de ordem operacional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

3.8 - Informar imediatamente ao setor responsável, para as devidas providências, quaisquer situações que possam comprometer a boa circulação ou a segurança do público no interior das instalações do Contratante e CCJF, como lâmpadas queimadas, piso molhado, etc.



3.9 – Ser pontual e permanecer no posto de serviço durante toda a jornada de trabalho, ausentando-se apenas quando substituída por outra profissional devidamente designada pela supervisão ou na fruição do intervalo intrajornada.

3.10 – Atender a eventos oficiais no Contratante e no CCJF, dentro da jornada de trabalho contratada.

3.11 – Cumprir as normas de segurança, normas internas, rotinas e procedimentos estabelecidos pelo Contratante para acesso às suas dependências.

3.12 – Não efetuar troca ou empréstimo de identidade funcional e/ou crachá de identificação e de liberação de acesso aos prédios do Contratante com outras pessoas, para facilitar o acesso de terceiros às instalações do mesmo.

3.13 – Ingressar nas dependências do Contratante com vestimenta apropriada ao ambiente, em consonância com a IN-24-06 que estabelece como inconveniente o uso de bermudas (salvo as femininas com bainha abaixo dos joelhos ou na altura destes), shorts, camisetas masculinas sem manga, trajes de banho, peças sobre a cabeça, tais como: bonés, chapéus, capacetes ou gorros (salvo a indumentária específica exigida por força de credo ou religião), chinelos, trajes sumários incompatíveis com a urbanidade e civilidade própria do ambiente de trabalho.

3.14 – Apresentar-se ao posto de trabalho em adequadas condições de higiene, dentre as quais: cabelos presos ou curtos, unhas aparadas, etc.

3.15 – Não utilizar perfumes, colônias, desodorantes ou outros produtos de aroma forte, que possam contribuir para desencadear episódios alérgicos nos usuários.

3.16 – Trajar, durante toda a jornada de trabalho, uniforme completo limpo e em perfeitas condições, bem como o crachá de identificação em posição facilmente visível.

3.17 – Não utilizar acessório ou componente visível sob ou sobre o uniforme (toalhas de mão, camisetas, faixas, etc.) relativo a agremiações esportivas, partidárias ou assemelhadas.

3.18 – Não participar, no âmbito do Contratante, de ações de proselitismo, manifestação ou reivindicação, divulgação de ideias, de boatos, ou de comentários desairosos ou desrespeitosos, relativos a quaisquer pessoas.

3.19 – Evitar conversas desnecessárias durante a jornada de trabalho, permanecendo atenta ao serviço, sendo vedado, durante a sua execução: refeição, lanches e bebidas; aparelhos sonoros; aparelhos eletrônicos para comunicação por voz ou por mensagens, para acesso a redes sociais ou para utilização de outros aplicativos, e quaisquer atividades que desviem a atenção do serviço e do bom atendimento ao usuário.

3.20 – Não tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o compartilhamento e interrupções desnecessárias no atendimento.



3.21 – Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao Contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização.

3.22 – Evitar confrontos com os servidores, com outros prestadores de serviço e com os demais usuários.

3.23– Buscar orientação superior com a equipe de fiscalização, para sanar dificuldade na execução do serviço.

3.24 – Manter absoluto sigilo quanto às informações que porventura tenha tomado conhecimento em razão do desempenho das funções, sob pena de ser substituída por outra profissional.

3.25 – Zelar pela preservação do patrimônio do Contratante sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, organização e a aparência do local de trabalho e solicitando a devida manutenção, quando necessário, e informando aos superiores sobre qualquer desaparecimento de material.

3.26 – Executar todas as demais atividades correlatas aos serviços contratados.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 - As empregadas da Contratada, quando prestando serviços nas instalações do Contratante e do Centro Cultural Justiça Federal, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por suas empregadas ao Contratante ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

4.2 - A Contratada deverá manter em situação empregatícia regular e legal as empregadas que prestarão serviços nas dependências do Contratante e do Centro Cultural Justiça Federal. O Contratante se reserva o direito de exigir a sua comprovação sempre que julgar conveniente. A Contratada fica obrigada a manter em dia todas as suas obrigações trabalhistas e previdenciárias previstas na legislação em vigor.

4.3 – Selecionar e preparar rigorosamente o efetivo que irá prestar os serviços, encaminhando empregadas com funções profissionais devidamente registradas em suas carteiras de trabalho ou outro documento equivalente.

4.4 – Manter suas empregadas uniformizadas, identificando-as através de crachás, com fotografia recente e carteira de identidade (RG).

4.5 - A Contratada deverá manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas,



reivindicações ou reclamações de suas empregadas e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

4.6 – Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, e as normas internas de segurança e medicina do trabalho.

4.7 – Instruir suas empregadas quanto às orientações para prevenção de incêndio nas dependências do Contratante e do CCJF.

4.8 - Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de suas empregadas.

4.9 – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obrigar a atender prontamente.

4.10 – Diligenciar para que suas empregadas tratem com urbanidade as autoridades, os funcionários, os visitantes e os demais contratados, podendo o Contratante solicitar substituição daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente.

4.11 – Efetuar todos os pagamentos referentes a salário mensal, vale-transporte e auxílio alimentação rigorosamente em dia para suas empregadas, nos termos da legislação aplicável.

4.12 - A remuneração mínima das empregadas da Contratada deverá obedecer ao estipulado pelo Sindicato da categoria do Rio de Janeiro, verificando, ainda, as correções salariais impostas pelos dissídios, acordos e convenções das categorias, o constante da Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre a categoria de asseio e conservação e o SEAC-RJ e/ou legislação correlata aplicável à matéria.

4.13 – A Contratada deverá fornecer a todas as suas empregadas alocadas nas dependências do Contratante e do CCJF, crachás de identificação, contendo os dados pessoais da empregada, fotografia e função.

4.14 - A Contratada fornecerá, diariamente, a suas empregadas que comparecerem com antecedência de 15 (*quinze*) minutos no 1º turno de trabalho, café da manhã, composto de café, leite, pão e manteiga, com base na legislação em vigor (Lei Municipal n.º 1.418, de 27.06.89).

4.15 - A Contratada fornecerá a suas empregadas, mensalmente, auxílio alimentação, no primeiro dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados. O valor do benefício deverá corresponder, no mínimo, ao valor estabelecido pelas Convenções Coletivas de Trabalho firmadas pelo Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro para as respectivas categorias. É facultado à Contratada o fornecimento em espécie, conforme Cláusula Vigésima da Convenção Coletiva de Trabalho.

4.16 - Os vales-transportes serão fornecidos em quantidade necessária ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência X trabalho e vice-versa (Lei n.º 7.418, de 16.12.85 e Decreto n.º 95.247, de 17.11.87 e alterações), e deverão atender integralmente às necessidades da empregada;

4.16.1 – Neste caso poderá ser utilizado, uma vez que atenda as necessidades da empregada, o Bilhete Único (Lei 5628 de 29/12/2009 e Lei 5211 de 1º/07/2010).



4.16.2 – A Contratada se obriga a fornecer os vales-transportes no último dia útil do mês anterior àquele em que serão utilizados.

4.17 - A Contratada deverá encaminhar, mensalmente, cópia do recibo referente à entrega dos vales-refeição e dos vales-transporte, com as respectivas assinaturas das empregadas.

4.18 – Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Contratante, no tocante aos serviços a serem executados, assim como às suas obrigações, sendo que a ausência de fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas neste Contrato.

4.19 - A Contratada substituirá, por recomendação do Contratante, qualquer recepcionista que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço por ações ou omissões, que, a título de exemplo, cita-se:

4.19.1 – impedir, indevidamente, o acesso às instalações do Contratante;

4.19.2 – negar a qualquer pessoa o fornecimento ou acesso a informações de seu legal e notório direito e explícito interesse na obtenção;

4.19.3 – causar constrangimentos a quaisquer pessoas ou ao Contratante durante a prestação dos serviços;

4.19.4 – dificultar ou obstruir a execução de serviços do interesse do Contratante no interior de suas instalações ou em locais sob sua jurisdição sem a devida orientação do setor responsável;

4.19.5 – perturbar a ordem nas instalações do Contratante, durante ou após a prestação dos serviços objeto deste Contrato, mesmo que de forma indireta;

4.19.6 – não respeitar o cumprimento das orientações emanadas do gestor dos serviços contratados ou de seus representantes.

4.20 – Ocorrendo o previsto no item 4.19, a nova empregada apresentada pela Contratada deverá ser avaliada pelo Contratante através de entrevistas, visando a um melhor enquadramento da profissional às tarefas e responsabilidades a serem exercidas no Contratante e no CCJF.

4.21 - É vedado à Contratada transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato.

4.22 - Será de responsabilidade da Contratada:

4.22.1 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento ou da garantia oferecida, a critério do Contratante, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;



4.22.2 – Quaisquer indenizações devidas a suas empregadas, inclusive àquelas relativas a acidentes de trabalho, decorrentes da execução do presente Contrato.

4.23 – A Contratada deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços, a documentação correspondente aos requisitos exigidos no subitem 2.1.2 deste Contrato.

4.24 – A Contratada deverá submeter previamente à aprovação do Contratante todos os requisitos exigidos no subitem 2.2.5 deste Contrato.

4.25 – A Contratada deverá disponibilizar 08 (*oito*) armários, 01 (*um*) para cada recepcionista, para guarda de seus pertences, principalmente os uniformes.

4.26 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução n.º 07, de 18/10/2005, com a redação conferida pela Resolução n.º 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

4.26.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante declaração de todas as empregadas da Contratada alocadas na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico n.º 30/2016.

4.27 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução n.º 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

4.27.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante declaração prestada pelo empregado da Contratada, no exercício de cargo/função de chefia, alocado na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico n.º 30/2016;

4.28 – O prazo para apresentação das certidões mencionadas nos subitens anteriores é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

4.29 – A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução n.º 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria n.º CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, os serviços objeto do presente Contrato serão recebidos, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

5.1.1 – **Provisoriamente** – imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com os termos



do Contrato.

5.1.2 – **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo por motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

5.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

5.3 – Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação, por escrito, à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DA REPACTUAÇÃO, DO PAGAMENTO E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

6.1 - DO PREÇO:

6.1.1 - RECEPCIONISTA

Módulo 01 – Mão de obra / Remuneração		
Categoria Profissional: RECEPCIONISTA		
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		
Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico n.º 030/2016 – fundamentado na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 5.450/05

Proc.: TRF2-EOF-2016/00079

TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR (R\$)
A	Uniformes		
B	Equipamentos		
C	EPI		
D	Outros (especificar)		
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	SESI ou SESC	1,50%	
C	SENAI ou SENAC	1,00%	
D	INCRA	0,20%	
E	Salário-educação	2,50%	
F	FGTS	8,00%	
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	
H	SEBRAE	0,60%	
TOTAL		35,80%	
Submódulo 4.2 – 13º Salário		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	13º Salário	9,09%	
Subtotal			
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário	35,80%	
TOTAL			
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Afastamento maternidade	0,07%	
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	35,80%	
TOTAL			
Submódulo 4.4 – Rescisão		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	8,00%	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,20%	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	35,80%	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	4,00%	
TOTAL			
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico n.º 030/2016 – fundamentado na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 5.450/05

Proc.: TRF2-EOF-2016/00079

A	Férias e terço constitucional	12,12%	
B	Ausência por doença	1,39%	
C	Licença-paternidade	0,00%	
D	Ausências legais	0,56%	
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	
F	Outros (especificar)	0,00%	
Subtotal			
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	35,80%	
TOTAL			
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
	Encargos Sociais e Trabalhistas	PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
4.1	Encargos sociais e FGTS		
4.2	13º (décimo terceiro salário)		
4.3	Afastamento maternidade		
4.4	Custo de rescisão		
4.5	Custo de reposição do profissional ausente		
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	
B	Lucro	10,00%	
TOTAL			
C	Tributos		
	C1. PIS		
	C2. COFINS		
	C3. ISS		
TOTAL DOS TRIBUTOS			
TOTAL CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
VALOR TOTAL UNITÁRIO MENSAL			
CATEGORIA PROFISSIONAL: RECEPCIONISTA			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			
II – Benefícios mensais e diários			
III – Insumos diversos			
IV – Encargos sociais e trabalhistas			
Subtotal (I + II + III + IV)			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico n.º 030/2016 – fundamentado na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 5.450/05

Proc.: TRF2-EOF-2016/00079

V – Custos indiretos, tributos e lucro	
VALOR TOTAL UNITÁRIO MENSAL (TABELAS I+II+III+IV+V)	

6.1.2 – PLANILHA TOTALIZADORA			
I – MÃO DE OBRA / SALÁRIO			
CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO MENSAL (R\$)
RECEPCIONISTA	08		
VALOR TOTAL MENSAL			
VALOR GLOBAL DO CONTRATO			

6.1.3 - O valor da hora extra é de:

CATEGORIA PROFISSIONAL	VALOR HORA EXTRA (R\$)	
	50%	100%
RECEPCIONISTA		

6.1.4 - O valor total MENSAL deste Contrato é R\$ _____
(_____);

6.1.5 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.6 – Os valores referentes às horas extras não integram a planilha totalizadora do preço da mão de obra;

6.1.6.1 - Fica dispensado o acréscimo referente à hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias, nos termos do Art. 59, da CLT, já com alteração prevista pela Lei nº 9.601, de 28.01.1998, ficando restrito, tão-somente, aos empregados lotados no mesmo setor de serviços, conforme Cláusula Quadragésima da Convenção Coletiva de Trabalho.

6.1.7 – Nos preços oferecidos pela Contratada estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos indispensáveis à perfeita execução do objeto contratado.

6.2 – DA REPACTUAÇÃO:

6.2.1 - É admitida repactuação dos preços deste Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano.

6.2.1.1 - O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado, em relação aos custos com a execução de serviços decorrentes do mercado, tais como materiais e equipamentos, a partir da data limite para a apresentação da proposta, ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da



apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

a) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem 6.2.1.1;

b) Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe à Contratada comprovar a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pelo Contratante, da pertinência das informações prestadas.

6.2.2 - Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 01 (um) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação;

6.2.3 - As repactuações às que a Contratada fizer jus, e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato;

6.2.4 - As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, de novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados;

6.2.5 - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de condições ou benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

6.2.6 - Quando da solicitação, a repactuação somente será concedida, considerando-se:

6.2.6.1 - os preços praticados no mercado ou em outros contratos do Contratante;

6.2.6.2 - as particularidades do Contrato em vigência;

6.2.6.3 - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

6.2.6.4 - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;

6.2.6.5 - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.2.6.6 - a disponibilidade orçamentária do Contratante.

6.2.7 - O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

6.2.8 - Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação terão suas vigências iniciadas:

6.2.8.1 - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;



6.2.8.2 - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;

6.2.8.3 - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.2.9 - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.3.1 - Os pagamentos serão efetuados, **mensalmente**, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da apresentação do documento fiscal, **sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.**

6.3.1.1 – No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal n.º 691/84, alterada pela Lei n.º 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

6.3.1.2 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 6.3.1.1, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.3.2 – Os documentos fiscais deverão ser entregues no Núcleo de Compras (NUCOMP) do Contratante, situado na Rua Dom Gerardo, 46, 12º andar – Centro – Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, devendo também ser enviados eletronicamente ao *e-mail* dicom@trf2.jus.br, em 02 (*duas*) vias, acompanhados das seguintes peças:

6.3.2.1 – Folha de Pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente às empregadas da Contratada que estejam prestando serviços no Centro Cultural Justiça Federal e no TRF-2ª RG;

6.3.2.2 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, Impostos Sindicais, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha de pagamento do mês, referentes às empregadas colocadas à disposição do Contratante;



6.3.2.3 - A Folha de Pagamento deverá corresponder exatamente à frequência das empregadas, controlada pelo TRF-2ªRG, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelas empregadas, bem como os encargos que venham a incidir sobre esse valor;

6.3.2.4 – Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

6.3.2.5 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

6.3.2.6 - Comprovantes de entrega de vale-transporte às empregadas da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante, correspondente ao mês do documento fiscal;

6.3.2.7 - Comprovantes de auxílio-alimentação das empregadas, correspondentes ao mês do documento fiscal.

6.3.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Contrato.

6.3.4 - Para fins do disposto no subitem 6.3.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

6.3.5 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.3.6 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

6.3.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão n.º 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

6.3.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.3.8 - A Contratada, na hipótese de ser optante pelo Simples Nacional, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à exclusão obrigatória do citado regime tributário, a contar do mês seguinte à data de assinatura deste Contrato, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar n.º 123; conforme Decisão TCU 2.798/10.

6.3.8.1 - A fim de proceder à exclusão mencionada no subitem anterior, se for o caso, a Contratada deverá providenciar a expedição de ofício à Receita Federal do Brasil, comunicando a assinatura deste Contrato, cujo objeto é a prestação de serviço mediante



cessão de mão-de-obra, situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar 123 de 2006;

6.3.8.2 - A Contratada deverá ainda, se for o caso, apresentar ao Contratante, no prazo de 20 (*vinete*) dias, contados do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura deste Contrato, cópia do ofício, mencionado no subitem anterior, na qual deverá constar comprovante de entrega e recebimento junto à Receita Federal do Brasil.

6.3.9 - No primeiro e último mês de vigência do Contrato os valores serão rateados à base de 1/30 (*um trinta avos*) por dia do valor mensal.

6.4 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

6.4.1 – Será retido do pagamento mensal da Contratada e depositado na CEF o somatório dos valores das rubricas relativas à:

I - Férias;

II - 1/3 constitucional;

III – 13º Salário;

IV – Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

V – Encargos Previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

6.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para retenção conforme Resoluções o nº 169/2013 e 183/2013-CNJ e Instrução Normativa CJF-INN 001/2016	
Rubrica	%
Férias + 1/3 Constitucional	12,12 %
13º Salário	9,09 %
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;	4,36 %
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	X %
Subtotal	25,57 + X %

6.4.3 - Os valores das rubricas serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

6.4.4 - Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

6.4.5 - Os depósitos devem ser efetivados em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação -, aberta no nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Contratante.

6.4.6 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (*vinete*) dias contados da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta de que trata o subitem anterior e de termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso



aos saldos e extratos e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

6.4.7 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita à aplicação da multa moratória de que trata o subitem 10.4 do presente Contrato.

6.4.8 - Os saldos da conta-depósito - bloqueada para movimentação serão remunerados diariamente pelo índice da poupança, ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

6.4.9 - A abertura e manutenção da conta-depósito vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.

6.4.10 - A Contratada poderá:

I - solicitar, durante a execução do Contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-depósito vinculada os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas as mesmas rubricas indicadas no item 6.4.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do CCJF e/ou Contratante e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos empregados;

b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (um) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato e com a comprovação de depósito em conta-corrente dos funcionários, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este ultimo acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os empregados continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

II - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pela Resolução nº 183, de 24/10/2013, do mesmo Conselho, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências dos órgãos, e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;



b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

6.4.11 - Nas hipóteses do inciso II, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT homologados, quando for o caso), no prazo máximo de 10 (*dez*) dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

a) Após a comprovação indicada no subitem anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

6.4.12 - O pedido da Contratada deverá conter, além dos documentos citados no subitem anterior, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - nas proporções que foram retidas para cada empregado durante a vigência do Contrato.

6.4.13 - O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação previsto no item anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante a apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 6.4.1.

6.4.14 - O Contratante expedirá a autorização de que trata o subitem 6.4.10, após confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

6.4.15 - Todos os termos da **Resolução nº 169 de 31.01.2013 do Conselho Nacional de Justiça**, alterada pela **Resolução nº 183/2013, de 24/10/2013**, do mesmo Conselho, e da **CJF-IN-2016/00001** deverão ser observados na execução contratual.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE / FALHAS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

7.1 - As falhas na execução do Contrato estarão configuradas quando a Contratada se enquadrar em pelo menos 01 (*uma*) das situações previstas na Tabela 3, respeitada as graduações de infrações previstas na Tabela 2 desta Cláusula:

TABELA 1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico n.º 030/2016 – fundamentado na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 5.450/05

Proc.: TRF2-EOF-2016/00079

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	7 ou mais
2	6 ou mais
3	5 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais

7.2 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o Contratante aplicará multas conforme graduação estabelecida nas Tabelas 2 e 3 a seguir discriminadas:

TABELA 2	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor anual do Contrato calculada a base de juros compostos
2	0,4% do valor anual do Contrato calculada a base de juros compostos
3	0,5% do valor anual do Contrato calculada a base de juros compostos
4	0,6% do valor anual do Contrato calculada a base de juros compostos
5	1,0% do valor anual do Contrato calculada a base de juros compostos
6	2,5% do valor anual do Contrato calculada a base de juros compostos

TABELA 3			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá de identificação ou crachá de liberação de acesso aos prédios do Contratante	1	Por empregado e por ocorrência
2	Permitir que haja troca ou empréstimos de identidades funcionais e/ou crachá de identificação e de liberação de acesso aos prédios do Contratante entre os empregados, com ou sem utilização para efetivação de acesso às instalações do Contratante;	1	Por empregado e por ocorrência
3	Manter empregado sem qualificação para execução dos serviços	1	Por empregado e por dia
4	Executar o serviço com desleixo e negligência, ou deixar de providenciar às solicitações requeridas pelo gestor contratual	2	Por ocorrência
5	Fornecer informação falsa de serviço ou executar substituição de recepcionista sem o perfil especificado na contratação	2	Por ocorrência
6	Destruir ou danificar documentos por dolo de seus agentes	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do Contrato	5	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço, inerente ao objeto do Contrato, determinado pela coordenação do NUSSET, sem motivo justificado;	5	Por ocorrência
9	Retirar do Contratante e das Unidades sob sua gestão, quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, sem autorização prévia do mesmo	1	Por item e por ocorrência
10	Retirar empregados escalados em serviço no Contratante e nas Unidades sob sua gestão, durante o expediente, sem anuência prévia do mesmo	4	Por empregado e por dia
11	Deixar de cumprir o objeto do Contrato com assiduidade e a	1	Por empregado e por dia



TABELA 3			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
	pontualidade de seu pessoal		
12	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	3	Por empregado e por dia
13	Deixar de efetuar a reposição de empregados faltosos em até 03 (três) horas do início do plantão	2	Por ocorrência
14	Deixar de prestar esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante análise de documentação no prazo estabelecido	1	Por ocorrência e por dia;

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTRs	Notas de empenho
02.061.0569.4257.6013	3.3.90.37.01	107.765	
		085.389	

8.2 - Nas parcelas referentes aos exercícios de 2017 e 2018, a despesa será incluída nas propostas orçamentárias para os citados exercícios, condicionada à aprovação das mesmas.

9 – CLÁUSULA NONA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

9.1 – Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com o artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

9.2 - A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la **válida e atualizada**.

9.3 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.

9.4 – A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.

9.5 – A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

9.6 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.



9.7 - A garantia deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contados da assinatura do Contrato.

9.8 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (*dois décimos por cento*) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (*cinco por cento*).

9.9 - O atraso superior a 25 (*vinete e cinco*) dias autoriza o Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor anual do Contrato, a título de garantia.

9.10 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no subitem supracitado por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

9.11 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES:

10.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

10.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

10.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

10.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.



10.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

10.5 – Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 10.3 e 10.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.6 - Se as multas dispostas nos itens 10.3 e 10.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

10.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

10.8 - A aplicação das multas ora prevista não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/93.

10.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

10.10 - A aplicação das penalidades será procedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.

10.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

10.12 – O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

10.12.1 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO:

11.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei n.º 8.666/93.

11.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.



11.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

12.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n.º 030/2016 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII.
- b) Proposta datada de __/__/____ apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços, a serem executados, juntada às fls. __/____ do Processo.

12.2 - Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão as condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

13.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

13.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

13.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

13.2.2 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

13.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

14.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 24 (*vinte e quatro*) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

14.2 - A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que sejam verificadas se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.



14.3 – A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta se manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

14.4 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

14.5 – A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

14.6 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Décima do presente Contrato.

14.7 – Nas prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para renovação.

14.8 - Excepcionalmente, poder-se-á admitir a redução parcial dos custos não renováveis já pagos ou amortizados, desde que demonstrada a vantajosidade na manutenção do contrato.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

15.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

15.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 10192 de 14/02/2001 e nº 9.069 de 29/06/95.

16.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o limite de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

16.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

16.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua



